

# RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)  
autor(a), o texto completo desta Tese  
será disponibilizado somente a partir  
de 25/02/2023.

CÍCERO BARBOSA DA SILVA

# **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EAD EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE DE MINAS GERAIS**



CÍCERO BARBOSA DA SILVA

# **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EAD EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE DE MINAS GERAIS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

**Linha de pesquisa:** Política e gestão educacional

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Luci Regina Muzzeti

ARARAQUARA – S.P.

2021

S586e

Silva, Cícero Barbosa da

Educação Profissional Técnica de Nível Médio EaD em um  
Município do Sudoeste de Minas Gerais / Cícero Barbosa da Silva. --  
Araraquara, 2021  
207 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara  
Orientadora: Luci Regina Muzzeti

1. Educação profissional. 2. Educação a distância. 3. Educação  
municipal. 4. Educação e trabalho. 5. Rede e-Tec Brasil. I. Título.

CÍCERO BARBOSA DA SILVA

# EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EAD EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE DE MINAS GERAIS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

**Linha de pesquisa:** Política e gestão educacional

**Orientador:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Luci Regina Muzzeti

Data da defesa: 25/02/2021 – 09:00

## **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Luci Regina Muzzeti**  
Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara / UNESP

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro**  
Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara / UNESP

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes**  
Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara / UNESP

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Marcelo Velloso Heeren**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Matão

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Giovane José da Silva**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Reitoria

---

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho:

Aos meus pais Oswaldo e Neusa...

À minha esposa Daiana...

Aos meus irmãos Emerson e Shirley...

Aos meus sobrinhos...

Aos colegas professores da educação básica  
que mesmo trabalhando arduamente buscam  
possibilidades de formação e aprimoramento  
profissional...

Aos meus alunos do ensino fundamental da  
Escola Municipal CAIC...

Aos meus alunos das licenciaturas da UEMG...

Aos companheiros do curso doutorado pelas  
trocas de experiências e convivência ao longo  
desses anos de estudos...

À professora Luci por seu constante apoio,  
dedicação e confiança.

Ao professor Sebastião – Kuka, pela  
convivência fraterna, parceria e amizade...

A todos os professores e professoras que  
contribuíram com minha formação...

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por esse momento tão especial em minha vida, por ele ter me dado a oportunidade de continuar vivo depois do grande susto que sofri com um diagnóstico de uma doença tão cruel. Se não fosse o milagre de Deus em minha vida nada disso seria possível. Toda honra e toda glória seja dada a Deus Pai Todo Poderoso e Jesus Cristo – meu senhor!!!

Aos meus pais por sempre terem se importado com a minha educação e por sempre possibilitarem condições e apoio aos meus estudos. Não tenho como agradecer a tudo que fizeram por mim.

À minha orientadora professora Luci Muzzetti por compreender as minhas situações pessoais e particulares e por confiar em minha capacidade. Sem a sua amizade e consideração certamente o percurso de realização deste trabalho teria sido impossível.

Ao professor e coordenador do Doutorado em Educação Escolar professor Sebastião de Souza Lemes – Kuka, por todo seu apoio e por confiar em meu potencial. Meus sinceros agradecimentos por suas contribuições na banca de qualificação.

Ao professor Marcelo Velloso por suas relevantes contribuições no exame de qualificação.

Aos professores e colegas Gustavo Cepolini, Darbi Masson e Carlos Dallabona pela prestatividade e disponibilidade com que acolheram o convite para participar na condição de suplentes, dessa importante etapa formativa.

Agradeço à Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG, de um modo especial à Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Educação Profissional e Ensino Superior por ter sido o *locus* maior da minha experiência em educação profissional e tecnológica; e à Secretaria Municipal de Educação pelo apoio empenhado ao longo da realização deste trabalho.

Com gratidão ao amigo e ex-prefeito Rêmoló Aloise por ter me possibilitado tão importante experiência profissional à frente de tão audacioso projeto de educação profissional na esfera municipal.

Agradeço ao atual Prefeito Municipal, o companheiro e amigo Marcelo de Moraes, pela confiança em meu trabalho nomeando-me novamente Secretário Municipal desta tão importante Secretaria Municipal para o mandato 2021/2024.

Aos participantes dessa pesquisa.

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública”.

*Anísio Teixeira*

“Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar.

E eu não vou me resignar nunca.”

*Darci Ribeiro*



SILVA, Cícero Barbosa da. Educação profissional técnica de nível médio EaD em um município do sudoeste de Minas Gerais. 207f. 2021. Tese. (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara/SP.

## RESUMO

Esta tese teve como objetivo geral analisar os efeitos da política pública de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de educação a distância, em um município do sudoeste de Minas Gerais. Apoia-se em estudos teóricos que tiveram como foco os elementos históricos e legais da educação profissional, da educação a distância e dessas duas modalidades educacionais de modo integrado. A metodologia adotada para a pesquisa é predominantemente qualitativa, apresentando alguns aspectos de pesquisa quantitativa. Analisamos o relato de experiência do gestor que criou o programa da Rede e-Tec no município, foi aplicado um questionário à atual gestora da instituição, e outro questionário aos egressos dos cursos técnicos ofertados no polo, visando identificar as concepções dos gestores e dos estudantes acerca da importância da existência do polo no município e sobre como a EaD influenciou na formação dos egressos. Pesquisou-se também os resultados obtidos pelos estudantes após a conclusão dos cursos. Com base nos dados analisados observa-se que os gestores da EPT municipal compreendem que a existência do polo no município atende às necessidades da população local e regional por formação técnica com a oferta de possibilidades de estudos em diferentes áreas do conhecimento e com satisfatória qualidade educacional. Considerando as respostas dos egressos foi possível confirmar a importância do polo para garantir-lhes formação técnica. Os estudantes também demonstram que houve a influência dos estudos na modalidade EaD para que muitos buscassem novas oportunidades educacionais dando continuidade aos estudos de modo presencial ou a distância. No entanto em relação à empregabilidade dos egressos na área de formação obtida observou-se que não houve tanto sucesso por parte dos concluintes. De um modo geral é possível afirmar que o município ora analisado alcançou os seus objetivos com implementação da política pública de educação profissional na modalidade a distância, afinal o polo da Rede e-Tec é reconhecido pelos como importante na formação dos estudantes e está evidente a consolidação desta política pública local.

**Palavras-chave:** Educação profissional. Educação a distância. Educação municipal. Educação e trabalho. Rede e-Tec Brasil.

SILVA, Cícero Barbosa da. Educación profesional en un município del sureste de Minas Gerais. 207f. 2021. Tesis. (Doctorado en Educación Escolar) - Universidad Estadual Paulista, Facultad de Ciencias y Letras, Araraquara/SP.

## RESUMEN

Esta tesis tuvo como objeto general analizar los efectos de la política pública de enseñanza profesional técnica de nivel medio, en la modalidad de educación a distancia, en un municipio del sureste de Minas Gerais. Se apoya en estudios teóricos que tuvieron como enfoque los elementos históricos y legales de la educación profesional, de la educación a distancia y de esas dos modalidades educacionales de modo integrado. La metodología adoptada para la investigación es predominantemente cualitativa, presentando algunos aspectos de investigación cuantitativa. Analizamos el relato de experiencia del gestor que creó el programa de la Red d-Tec en el municipio, se aplicó un cuestionario a la actual gestora de la institución, y otro cuestionario a los egresos de los cursos técnicos que el polo ofrece, teniendo en cuenta identificar las concepciones de los gestores de los estudiantes acerca de la importancia de la existencia del polo en el municipio y sobre cómo la EaD ha influenciado en la formación de los egresos. Se investigó también los resultados obtenidos por los estudiantes tras la conclusión de los cursos. Con base en los datos analizados se observa que los gestores de la EPT municipal comprenden que la existencia del polo en el municipio atiende a las necesidades de la población local y regional por formación técnica con la oferta de posibilidades de estudios en diferentes áreas del conocimiento y con satisfactoria calidad educacional. Considerando las respuestas de los egresos fue posible confirmar la importancia del polo para garantizarles formación técnica. Los estudiantes también demuestran que hubo la influencia de los estudios en la modalidad EaD para que muchos buscaran nuevas oportunidades educacionales dando continuidad a los estudios de modo presencial o a distancia. Sin embargo, con relación a la empleabilidad de los egresos en el área de formación obtenida se observó que no hubo tanto suceso por parte de los concluyentes. De un modo general es posible afirmar que el municipio analizado logró alcanzar sus objetivos con implementación de la política pública de enseñanza profesional en la modalidad a distancia, al fin y al cabo, se reconoce el polo de la Red e-Tec como importante en la formación de los estudiantes y está evidente la consolidación de esta política pública local.

**Palabras clave:** Educación profesional. Educación a distancia. Educación municipal. Educación y trabajo. Red e-Tec Brasil.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AID</b>	<i>Agency for International Development</i>
<b>AVA</b>	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CEB</b>	Câmara de Educação Básica
<b>CEDUC</b>	Centro de Educação Profissional do Sudoeste Mineiro
<b>CEFETs</b>	Centros Federais de Educação Tecnológica
<b>CF/1988</b>	Constituição Federal de 1988
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis Trabalhistas
<b>CNCT</b>	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CNTE</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
<b>CONCEFET</b>	Conselho Nacional dos Centros Federais de Educação Tecnológica
<b>CONDAF</b>	Conselho de Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais
<b>CONDETUF</b>	Cons. Nac. de Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais
<b>CVT</b>	Centro Vocacional Tecnológico
<b>DCN</b>	Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>EaD</b>	Educação a Distância
<b>EAF</b>	Escola Agrotécnica Federal
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>EMBRAPII</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
<b>ENCCEJA</b>	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
<b>EP</b>	Educação Profissional
<b>EPT</b>	Educação Profissional e Tecnológica
<b>EPTNM</b>	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
<b>e-Tec</b>	Escola Técnica Aberta do Brasil
<b>EV</b>	Escolas Vinculadas
<b>FCLAr</b>	Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
<b>FNCE</b>	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>FIC</b>	Formação Inicial e Continuada
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento Estudantil
<b>FIESP</b>	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>FUNDEB</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
<b>IFPR</b>	Instituto Federal do Paraná
<b>IFSUDESTEMG</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
<b>IFSULDEMINAS</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Educação
<b>PLANFOR</b>	Plano Nacional de Formação Profissional
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PNLD</b>	Programa Nacional do Livro Didático
<b>PROEJA</b>	Prog. Nac. de Integração da Educ. Prof. com a Educação Básica na Modalidade de EJA
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>SECTEPES</b>	Sec. Mun. de Ciência, Tecnologia, Educação Profissional e Ensino Superior
<b>SEED</b>	Secretaria de Educação a Distância
<b>SENAC</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
<b>SENAI</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
<b>SESI</b>	Serviço Social da Indústria
<b>SETEC</b>	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
<b>SINASEFE</b>	Sind. Nac. dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
<b>SGA</b>	Sistemas de gerenciamento da aprendizagem
<b>S. S. Paraíso</b>	São Sebastião do Paraíso
<b>TIC</b>	Tecnologias da Informação e Comunicação
<b>UAB</b>	Universidade Aberta do Brasil
<b>UAITEC</b>	Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFSCar</b>	Universidade Federal de São Carlos
<b>UFSJ</b>	Universidade Federal de São João del-Rei
<b>UNED</b>	Unidade de Ensino Descentralizada
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
<b>UNICAMP</b>	Universidade Estadual de Campinas
<b>UNIFEI</b>	Universidade Federal de Itajubá
<b>UNIRIO</b>	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Faixa etária dos participantes da pesquisa	162
<b>Gráfico 2</b>	Situação ocupacional no início do curso	163
<b>Gráfico 3</b>	Renda mensal própria no início do curso	164
<b>Gráfico 4</b>	Tempo (em anos) sem estudar antes da matrícula na Rede e-Tec	165
<b>Gráfico 5</b>	Motivos para escolha do polo e-Tec	166
<b>Gráfico 6</b>	Objetivos de estudos dos alunos	167
<b>Gráfico 7</b>	Atuação na área do curso, após a conclusão	178
<b>Gráfico 8</b>	Continuação dos estudos	184

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Secretários da SETEC de 1995 a 2020	136
<b>Quadro 2</b>	Cursos que os participantes concluíram	163
<b>Quadro 3</b>	Pontos positivos dos cursos e do polo presencial	173
<b>Quadro 4</b>	Pontos negativos dos cursos e do polo presencial	174
<b>Quadro 5</b>	Situação ocupacional dos egressos no início do curso e na atualidade	177
<b>Quadro 6</b>	Secretários da SETEC de 1995 a 2020	179

## LISTA DE FIGURAS E FOTOS

<b>Figura 1</b>	Vinculação do polo e-Tec com as instituições ofertantes	120
<b>Foto 1</b>	Fachada do polo e-Tec (A)	147
<b>Foto 2</b>	Fachada do polo e-Tec (B)	147
<b>Foto 3</b>	Sala de aula / web-conferência	148
<b>Foto 4</b>	Laboratório de Informática (A)	148
<b>Foto 5</b>	Laboratório de Informática (B)	148
<b>Foto 6</b>	Biblioteca	148
<b>Foto 7</b>	Sala de tutoria para EaD	149
<b>Foto 8</b>	Descerramento da placa de inauguração	149

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Breve retrospecto da legislação da educação profissional e tecnológica anterior à LDB de 1996</b>	<b>23</b>
<b>1.2 A educação profissional na CF/1988, na LDB de 1996 e nos seus primeiros instrumentos regulamentadores</b>	<b>27</b>
1.2.1 A CF/1988, a LDB/1996 e a educação profissional	27
1.2.2 A regulamentação e as principais políticas educacionais para a educação profissional na década de 1990	31
<b>1.3 A primeira década do novo milênio e a EPTNM</b>	<b>36</b>
1.3.1 O PNE 2001-2010 e a educação profissional	36
1.3.2 O Decreto Federal 5.154/2004	38
1.3.3 O pacto pela valorização da educação profissional e tecnológica, a expansão da rede federal e a conferência nacional de educação profissional e tecnológica	39
1.3.4 O PROEJA	42
1.3.5 O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	43
1.3.6 Rede e-Tec Brasil e Brasil Profissionalizado	45
1.3.7 O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	47
1.3.8 A nova institucionalidade da EPT na LDB	49
1.3.9 A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	51
1.3.10 O SISTEC	56
<b>1.4 Políticas públicas e legislação da EPTNM no período de 2010 à 2019</b>	<b>57</b>
1.4.1 O PRONATEC	57
1.4.2 As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPTNM	60
1.4.3 O Plano Nacional de Educação 2014/2024 e a EPTNM	65
1.4.4 A reforma do ensino médio de 2017	77
<b>2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL</b>	<b>80</b>
<b>2.1 Conceituação, aspectos históricos e legais da EaD no Brasil</b>	<b>80</b>
<b>2.2 Marcos legais e operacionais da EaD brasileira</b>	<b>88</b>
2.2.1 A primeira regulamentação da EaD brasileira em 1998	93
2.2.2 O Decreto Federal 5.622 de 2005	95
2.2.3 As novas regulamentações da EaD brasileira a partir de 2017	100
<b>2.3 As diretrizes operacionais para a EPTNM na modalidade EaD</b>	<b>105</b>
<b>2.4 A Escola Técnica Aberta do Brasil: sistema e rede e-Tec Brasil</b>	<b>111</b>
2.4.1 Do sistema à rede e-Tec Brasil: uma análise da legislação	112



2.4.2 Principais aspectos operacionais da e-Tec Brasil	118
2.4.3 O financiamento da e-Tec Brasil	121
2.4.4 Rede e-Tec Brasil e o regime de colaboração na EPTNM	123
<b>2.5 O PROFUNCIÓNÁRIO</b>	<b>124</b>
<b>2.6 Rede e-Tec Brasil e PROFUNCIÓNÁRIO após o Governo Dilma Rousseff</b>	<b>130</b>
<b>2.7 A descontinuidade das políticas públicas na SETEC / MEC</b>	<b>135</b>
<b>3 A EPTNMN NA MODALIDADE EAD EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE DE MINAS GERAIS</b>	<b>139</b>
<b>3.1 A implementação da política pública de educação profissional a distância em São Sebastião do Paraíso</b>	<b>141</b>
<b>3.2 O início das atividades do polo da Rede e-Tec em São Sebastião do Paraíso</b>	<b>144</b>
3.2.1 As concepções e considerações do gestor responsável pela implantação da política de EaD e do polo da Rede e-Tec	145
3.2.2 A lei que instituiu o polo e-Tec	150
<b>3.3 As concepções e considerações da atual coordenadora da SECTEPES sobre o polo da Rede e-Tec</b>	<b>153</b>
<b>4 CONCEPÇÕES E TRAJETÓRIAS DE CONCLUINTES DA EPTNM EAD</b>	<b>160</b>
<b>4.1 Análise do Bloco 1 – Caracterização dos concluintes dos cursos</b>	<b>162</b>
<b>4.2 Análise do Bloco 2 – Aspectos relacionados ao curso</b>	<b>168</b>
<b>4.3 Análise do Bloco 3 – Consequências da conclusão do curso</b>	<b>176</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>186</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>190</b>

## INTRODUÇÃO

A educação profissional técnica de nível médio ao longo da história do Brasil tem sido objeto de constantes mudanças legais e operacionais. Além disso, as formas como a sociedade concebe a educação profissional também tem se modificado, sobretudo nas últimas décadas com a adoção de novos arranjos institucionais, com a inserção do uso de tecnologias educacionais e principalmente com a possibilidade de oferta dessa modalidade de educação através da educação a distância.

As mudanças de concepção dos governos sobre essa modalidade educacional, e as influências das políticas internacionais – sobretudo do pensamento neoliberal, tem atribuído a ela uma maior importância no cenário educacional brasileiro (SILVEIRA, 2015).

Desse modo, é possível identificar que na década de 1990 deu-se início a um processo de profundas mudanças na educação profissional em nosso país. Isso porque, de acordo com Ortigara (2015), foi nesse período que houveram avanços e modificações substanciais na legislação e nas políticas públicas federais para essa modalidade educacional.

Dentre essas mudanças identificadas por Ortigara (2015) destaca-se a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica pela Lei Federal 8.948/1994, que criou os CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica, e pode ser considerada como uma das primeiras regulamentações legais para as efetivas mudanças no aspecto operacional da educação profissional brasileira, como temos na atualidade.

Desde então, a educação profissional foi ganhando mais espaço no cenário nacional através de outras importantes regulamentações legais, tais como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 – LDB 9.394/86 dando destaque a essa modalidade educacional em um capítulo específico, o Capítulo 3 – Da Educação Profissional e Tecnológica, do Título V – Dos níveis e das modalidades de educação e ensino.

Posteriormente, em 2011, a Lei Federal 11.741/2008 modificou a LDB acrescentando nova seção ao Capítulo II - Da Educação, a Seção IV-A – Da educação profissional técnica de nível médio, que é justamente o nosso objeto central desta tese.

Além desses dispositivos legais da LDB há diversos decretos federais que regulamentaram o funcionamento desta modalidade educacional, os quais serão abordados nas seções temática a seguir.

Nesse contexto, os avanços nas políticas públicas da educação profissional técnica de nível médio tem feito com que ela se consolide como uma opção para a formação de trabalhadores, principalmente nos municípios que não são atendidos por instituições que ofertam cursos de nível superior. Cabe ainda ressaltar que há também aqueles municípios

onde a demanda por formação profissional exige cursos profissionalizantes que possibilitem formação intermediária sem a demanda por formações superiores.

Assim, visando reduzir custos operacionais com a implantação de instituições presenciais de educação profissional e visando a interiorização das ofertas de cursos de formação de profissionais de nível técnico, foi instituída em 2007, pelo governo federal, a política pública de educação profissional técnica na modalidade de educação a distância.

A instituição dessa política pública ocorreu pelo Decreto Federal 6.301/2007 que instituiu o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil, posteriormente revogado pelo Decreto Federal 7.589/2011, que alterou alguns aspectos e concepções teóricas desta política. Nos termos do decreto de criação do sistema a finalidade da rede e-Tec Brasil é “desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País” (BRASIL, 2007a).

A disponibilização dos cursos da e-Tec, ocorre por meio da criação de polos de apoio presencial nos termos do decreto citado acima e necessita do apoio operacional e institucional dos municípios para a sua efetivação (BRASIL, 2007).

Os cursos ministrados na rede e-Tec Brasil podem ser ofertados, nos termos do artigo 2º do Decreto 7.589/2011 por instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, e por instituições de educação profissional, vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

Temos assim, que a política pública de educação profissional na modalidade de educação a distância depende da colaboração entre os municípios e instituições ofertantes dos cursos para a instalação e manutenção dos polos de apoio presencial. Há aqui uma clara evidência do regime de colaboração na educação que é emanado pela CF/1988 e pela LDB de 1996. Isso porque a educação profissional, dadas as diversas mudanças na legislação educacional brasileira tornou-se uma modalidade educacional que demanda cada vez mais instrumentos de cooperação entre os entes federados ou entre os governos locais e instituições privadas.

Pelo texto dos decretos que criaram, instituíram e modificaram a concepção da rede e-Tec Brasil cabe aos municípios, no estabelecimento de sua política pública de formação de profissionais em nível médio, analisar quais serão os cursos que atenderão às demandas locais da sociedade e buscar parcerias com as instituições integrantes da rede e-Tec Brasil para a oferta de tais cursos. E isso, nem sempre é uma atividade das mais simples.

Embora, a Constituição Federal de 1988 não tenha incumbido os municípios de estabelecer políticas públicas para a educação profissional, já que a estes entes da federação a responsabilidade pelo ensino fundamental e educação infantil, é perceptível que os municípios buscam parcerias para oferta de educação profissional com o propósito de impactar o mundo do trabalho<sup>1</sup> visando possibilitar melhorias na qualidade de vida da sua população.

Sendo assim, essa pesquisa objetiva responder a seguinte questão: Os cursos técnicos de nível médio ofertados pela rede e-Tec Brasil tem impactado o mundo do trabalho no município investigado?

Para buscar as respostas à essa questão optou por definir o município de São Sebastião do Paraíso, localizado na região sudoeste de Minas Gerais, como nosso recorte geográfico para esta tese.

A justificativa para a escolha deste município deu-se ao fato que o pesquisador reside no município desde 1994 e por atuar ao longo dos últimos 20 anos, desde o ano 2000, em atividades docentes e administrativas relacionadas à educação profissional seja em cursos técnicos de nível médio ou em cursos de formação inicial e continuada – qualificação profissional. Além disso, o polo da rede e-Tec no município de pesquisa possui parceria com diversos câmpus de institutos federais ofertando cursos em diferentes áreas do conhecimento.

Essa atuação profissional levou-me ao interesse mais efetivo pelas políticas públicas de educação profissional técnica de nível médio desde a minha graduação em Licenciatura em Pedagogia. O trabalho de conclusão de curso desta licenciatura foi pautado em apresentar a educação profissional técnica de nível médio no município de São Sebastião do Paraíso – MG no período de 1980 a 2006.

Ao longo da minha atuação profissional tive a oportunidade de lecionar no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, em escolas públicas estaduais, no IFSULDEMINAS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais e em escolas privadas, tanto nos cursos técnicos de nível médio como nos cursos de qualificação profissional básica (formação inicial e continuada), inclusive exercendo a direção administrativa de uma unidade privada de educação técnica de nível médio. Além disso, com a realização das especializações Lato-sensu em *Design* instrucional para EaD virtual (Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI), Gestão de educação a distância (Universidade

---

<sup>1</sup> O foco deste trabalho não será discutir o mundo do trabalho em seus diferentes aspectos e pelas diferentes correntes teóricas nacionais e internacionais que debatem o tema. A nossa concepção de mundo do trabalho, aqui nesta tese, está alicerçada nos estudos de Moura (2013), Santos (2011), Souza Júnior (2000) e Silveira (2015) que conceituam o mundo do trabalho como um termo que engloba de um modo geral todas as possibilidades do fazer laboral dos indivíduos e não apenas a sua preparação para vagas de trabalhos formais. A ideia de mundo de trabalho é mais ampla e com uma maior valorização do ser humano.

Federal Fluminense – UFF), Educação empreendedora (Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ), Gestão Pública Municipal (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO) e do Mestrado em Educação Escolar (Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto) tive um maior contato com a temática das políticas públicas de um modo geral.

Esse envolvimento profissional com a temática da educação profissional levou-me ao aprofundamento de estudos especificamente nas políticas públicas desta modalidade educacional e também nas políticas públicas para o uso das tecnologias da informação e comunicação na educação básica, com foco na educação a distância.

Devido a minha experiência profissional na área de educação profissional e na área de educação a distância fui convidado no final de 2012 a assumir o cargo de Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia, Educação Profissional e Ensino Superior de São Sebastião do Paraíso – MG, ficando no cargo até setembro de 2016. Essa secretaria municipal foi criada pelo prefeito recém-eleito, à época, com o propósito de se estabelecer uma política pública de educação profissional e de possibilitar a divulgação científica e tecnológica no município (S. S. PARAÍSO, 2013).

Ao assumir a supracitada secretaria foi estabelecida a política pública municipal de educação profissional técnica de nível médio e implantado no município o polo presencial da rede e-Tec Brasil em parceria com Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

Durante essas atividades profissionais foi possível identificar que existe uma carência de pesquisas e publicações que enfatizem a educação profissional técnica de nível médio nos municípios. Certamente essa carência dá-se ao fato de que a educação profissional não é incumbência constitucional dos municípios e, portanto, poucos são os governos municipais que dedicam esforços a esse campo de atuação.

Em um levantamento em bancos de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em educação de algumas universidades<sup>2</sup> do estado de São Paulo: FCLAr/UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Universidade de São Paulo – USP (Câmpus Ribeirão Preto), e ainda nas instituições mineiras<sup>3</sup> Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade

---

<sup>2</sup> A escolha dessas instituições deu-se pela importância que possuem no cenário regional.

<sup>3</sup> A opção de pesquisa nos repositórios dessas instituições mineiras deu-se pelo destaque das mesmas no cenário estadual com ótimas classificações nas avaliações institucionais do MEC.

Federal de Lavras – UFLA, observou-se que existem poucas pesquisas sobre a temática de educação profissional. As que existem nessa área possuem focos diversos e nada foi encontrado tratando especificamente da educação profissional em nível municipal.

Ao pesquisar por dissertações e teses que abordem a temática da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, nas mesmas instituições citadas anteriormente identificou-se alguns trabalhos, mas com ênfase na formação do tutor ou analisando o histórico institucional das ofertantes dessa modalidade educacional.

Quando o recorte de pesquisa nos mesmos bancos de dissertações e teses foi sobre a educação profissional técnica de nível médio na modalidade EaD em nível municipal aí efetivamente nada foi encontrado.

Desse modo, fica evidente o ineditismo desse trabalho por seu recorte temático e pela abordagem dos dados ao analisar a educação profissional técnica de nível médio na modalidade EaD em um município sul mineiro.

A educação profissional na atualidade possui um papel de destaque na sociedade já que segundo Moura (2013) existe uma estreita relação entre o trabalho e a educação, e esta modalidade educacional propicia aos educandos, justamente, a possibilidade de uma efetiva preparação para o mundo do trabalho.

Desse modo, o termo mundo do trabalho surge como um contraponto, e com uma nova visão e concepção em relação ao termo mercado de trabalho, pois segundo Moura (2013) o trabalho não pode ser visto como mera mercadoria e a educação possui uma instrumentalidade maior que apenas formar mão-de-obra. Assim, a educação deve, segundo o autor, preparar os educandos para um papel de protagonismo visando à sua empregabilidade. Essa empregabilidade vai além de preparar o indivíduo para ser empregado, ele também pode ser o empreendedor de suas atividades profissionais (MOURA, 2013).

Corroborando com Moura (2013), Santos (2011) afirma que a educação profissional pode mudar as concepções dos jovens e propiciar uma formação efetiva para o mundo do trabalho possibilitando ao educando uma atitude pró-ativa em relação à sua ocupação profissional.

Ainda nesse contexto Silveira (2015) enfatiza que a modalidade educacional estudada nesta tese, visa, portanto, à formação para diversas possibilidades de trabalho, além daquele formal com carteira assinada, na condição de empregado.

Ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é possível afirmar que esse documento normativo evidencia a necessidade de uma formação que possibilite ao educando esse protagonismo para o mundo do trabalho.

A Resolução CNE/CEB 6/2012, de 20 de setembro de 2012, que define as diretrizes curriculares nacionais para educação profissional técnica de nível médio, estabelece no artigo 14 que a educação profissional deve propiciar, ao educando, um entendimento acerca das diversas questões que envolvem os diferentes campos e formas de trabalho e suas relações sociais (BRASIL, 2012).

Assim, cabe à educação profissional preparar para o exercício da profissão escolhida e desenvolvimento do indivíduo (jovem ou adulto) para o mundo do trabalho.

Com base nessa orientação das diretrizes curriculares o papel dos municípios interessados em ofertar os cursos da rede e-Tec ganha relevância e destaque, já que nos termos da legislação que instituiu a rede e-Tec Brasil, deverá haver a colaboração entre município e instituições de ensino ofertantes dos cursos técnicos de nível médio e caberá aos municípios analisarem quais cursos atendem às demandas locais de formação profissional.

A oferta da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância passa então a ser uma alternativa para a formação dos indivíduos, jovens e adultos, dos municípios sede dos polos presenciais da rede e-Tec Brasil.

Nessa perspectiva, analisar como a educação profissional técnica de nível médio ofertada na modalidade de educação a distância impactou a vida dos concluintes em relação ao mundo do trabalho é de grande relevância educacional e sobretudo do ponto de vista da política pública de educação.

Desse modo, o objetivo geral dessa tese foi analisar os efeitos da política pública de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de educação a distância, no mundo do trabalho do município de São Sebastião do Paraíso – MG.

Os objetivos específicos foram: analisar a visão dos gestores da educação profissional do município sobre os cursos ofertados via EaD; identificar as consequências e resultados da implantação do polo presencial da rede e-Tec Brasil no município; identificar as consequências da conclusão dos cursos da rede e-Tec para a vida profissional de alguns alunos concluintes dos cursos.

A metodologia empregada para a elaboração dessa tese foi de abordagem qualitativa e seu caráter é o exploratório.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática da educação profissional técnica de nível médio na modalidade EaD com recorte para a educação profissional desenvolvida no âmbito municipal. Utilizou-se também da pesquisa documental em legislações federais e municipais.

A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos distintos, sendo o primeiro com através da análise de um relato de experiência do gestor que criou e implantou o polo da rede e-Tec de São Sebastião do Paraíso, e também com a aplicação de um questionário à atual coordenação da secretaria municipal responsável pelo polo da Rede e-Tec Brasil. No segundo momento participaram da pesquisa dez concluintes dos cursos técnicos ofertados no polo municipal, que por meio de um questionário responderam questões que visaram identificar a trajetória educacional, social e cultural, e como os cursos que eles concluíram influenciaram suas vidas. A escolha dos participantes foi aleatória tendo como base a lista de concluintes dos cursos disponibilizada pela coordenação do polo. A análise dos dados e informações obtidas será por temática apreendida das respostas e concepções dos participantes da pesquisa.

Este trabalho divide-se quatro seções. Na primeira delas são apresentadas as principais mudanças ocorridas nas políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio pós LDB de 1996. Trata-se de uma seção elaborada com base em investigação e análise da legislação educacional sobre a temática, e de revisão a literatura.

A seção dois aborda as relações entre a educação profissional e a educação a distância no Brasil, culminando com a criação da rede e-Tec Brasil.

Na terceira seção é apresentado o histórico do polo da rede e-Tec Brasil em São Sebastião do Paraíso, sua estruturação inicial e atual, bem como a sua importância no contexto local e regional. Nesta seção foi realizada a análise do processo de implementação desta política educacional no município bem como seus aspectos operacionais. Também foram analisadas as concepções dos gestores da referida política pública através de um relato de experiência do gestor que implementou a política e por intermédio de um questionário com a atual gestora do polo e-Tec municipal.

Por fim, na quarta seção, apresentamos os dados obtidos juntos a egressos dos cursos ofertados no município e a análise de tais dados de modo a conhecer a trajetória dos estudantes e a verificar como os cursos influenciaram na vida dos sujeitos participantes.

Encerra-se a tese com a apresentação das considerações finais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por pretensão analisar como os cursos ofertados no âmbito da Rede e-Tec Brasil impactaram na vida dos egressos em um município no sudoeste de Minas Gerais. E teve como objetivo geral a análise da política pública de educação profissional na modalidade EaD no município objeto de nossos estudos – São Sebastião do Paraíso.

Para traçarmos algumas considerações finais sobre a pesquisa desenvolvida nesta tese é importante ressaltar que a educação profissional técnica de nível médio EaD tem se consolidado ao longo dos anos como um importante campo de estudos de diversos teóricos da área da educação.

As temáticas da EPTNM e da EaD são temáticas que isoladamente despertam o interesse de estudos com diferentes ênfases e enfoques de pesquisa. Já quando essas temáticas se relacionam para fins de pesquisa é possível analisar que diversos estudos, tais como os identificados ao longo do referencial teórico deste trabalho, apontam que trata-se de uma combinação de modalidades educacionais que são grandes potencializadoras rumo à democratização da educação.

Assim, discutir e pesquisar a EPTNM na modalidade EaD torna-se necessário para a compreensão do modo como a relação entre essas formas de oferta da educação tem se consolidado no Brasil como uma política pública educacional.

Com base nas leituras realizadas e pela análise da legislação referentes à educação profissional e à educação a distância e, ainda analisando os diversos instrumentos legais referentes aos programas que relacionam essas modalidades educacionais é possível afirmar que nas últimas décadas houve avanços significativos no contexto da política pública desta temática.

É importante destacar que a educação profissional técnica de nível médio não é o objeto de atuação dos municípios já que Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 determinam que estes entes federados ofertem a educação infantil e ensino fundamental.

Ocorre que devido às necessidades dos governos municipais em possibilitar aos municípios formação profissional que seja capaz de garantir-lhes empregabilidade cabe aos municípios atuar para que existam ofertas de educação profissional em seus limites territoriais.

Desse modo, o que se tem observado em diversos municípios Brasil afora é que muitos deles buscam parcerias com outras instituições públicas visando tais ofertas, outros compram vagas de cursos da iniciativa privada, especialmente de instituições do Sistema S e

ainda há municípios que optam por implementar políticas públicas para essa modalidade educacional.

A criação da Rede e-Tec Brasil pelo Ministério da Educação visou justamente possibilitar que os municípios através de parcerias com instituições públicas e até mesmo privadas pudessem ofertar a EPTNM em seus territórios sem a necessidade de investimentos elevados.

A proposta de oferta de cursos da EPTNM valendo-se dos recursos da EaD induz então que os municípios através do Regime de Colaboração com as instituições ofertantes passem a atender as demandas de formação profissional apresentadas por seus moradores e até mesmo o atendimento por demandas regionais de formação de trabalhadores.

Ficou evidente em nossos estudos que a colaboração entre as instituições ofertantes dos cursos da Rede e-Tec (as quais são em sua maioria instituições federais, e financiadas pelo Governo Federal) com os municípios é uma política pública que na prática possibilitou a efetivação do Regime de Colaboração preconizado na CF/1988 e na LDB/1996.

Na análise da implementação da referida política pública no município ora investigado ficou evidente que houve um cuidadoso trabalho em seguir as orientações emanadas dos órgãos superiores para que a e-Tec Brasil se tornasse uma realidade local.

Os investimentos realizados pelo Governo Municipal de São Sebastião do Paraíso para a implantação do polo e-Tec no âmbito da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Educação Profissional e Ensino Superior, bem como o estabelecimento de uma política pública municipal de educação profissional deixaram claro a importância que o Governo concebeu à essa modalidade educacional.

Pela análise da legislação municipal que criou a referida Secretaria Municipal e o referido polo e-Tec ficou evidente que o governo pretendeu diversificar os cursos técnicos ofertados no município de modo a possibilitar novas formações profissionais para áreas da economia que antes não eram contempladas com formações de nível técnico.

Ao analisar os dados referentes aos cursos ofertados no município via e-Tec Brasil concluímos que foi efetivado o interesse da diversificação de formação com a oferta de cursos técnicos para atender as necessidades de formação profissional à diferentes setores da economia.

Na etapa seguinte de nossa pesquisa visamos alcançar um dos objetivos específicos propostos para a tese: analisar a visão dos gestores municipais da política pública de educação profissional a distância.

Analisamos os dados obtidos pelo relato de experiência do gestor que implementou a política pública de EPTNM e também as repostas do questionário aplicado à gestora que esteve à frente da e-Tec Brasil municipal nos anos 2.017 a 2.020. Foi possível constatar que há uma grande semelhança nas concepções dos dois gestores que embora sendo de correntes políticas diferentes e com formações profissionais distintas compreendem a EPTNM na modalidade EaD como uma política pública de grande relevância para o desenvolvimento do município.

Essa conclusão sobre as concepções dos gestores evidencia que mesmo sendo eles pertencentes a partidos políticos diferentes houve no município, no período de 2.013 a 2.020 a preocupação em se manter ativa a política pública de EPTNM – EaD. Isso nos faz concluir que tal política pública tem se consolidado localmente como uma política de Estado, no caso municipal.

A última etapa da pesquisa visou ao objetivo específico de identificar consequências da conclusão dos cursos da Rede e-Tec para a vida de alguns egressos. Para tanto foi aplicado um questionário aos participantes da pesquisa visando analisar suas concepções sobre os cursos frequentados e sobre o polo e-Tec.

Com os dados obtidos pelos questionários com os egressos foi possível compreender que o polo da Rede e-Tec no município de fato alcançou os objetivos propostos na sua criação principalmente no que diz respeito à instituição de uma política pública de educação que fosse capaz de gerar resultados significativos aos participantes dos cursos ali ofertados.

Ficou evidente pelas repostas dos egressos que muitos deles não conheciam as oportunidades de formação profissional pela educação a distância e que buscaram as formações ofertadas no polo não apenas por serem cursos EaD, mas por se tratar de oportunidades de formação profissional que eles compreendiam que agregaria algo diferente em suas carreiras.

Também ficou evidente que a participação dos egressos nos cursos da Rede e-Tec motivou-os à busca por novas oportunidade de formação e qualificação profissional.

Os participantes da pesquisa, praticamente por unanimidade, classificaram o polo e-Tec de São Sebastião do Paraíso como sendo de elevada qualidade no tocante à sua infraestrutura e atendimento às necessidades dos alunos.

Outro dado que chamou atenção na pesquisa com os egressos foi a classificação positiva dos cursos também praticamente unânime.

Dado importante de se destacar é que os participantes da pesquisa afirmam que houve aplicabilidade dos conhecimentos obtidos nos cursos seja em suas práticas profissionais ou que os conhecimentos obtidos motivaram à busca por novas formações.

Embora a maioria dos egressos que participaram da pesquisa não estejam atuando diretamente na área que concluíram os cursos eles afirmam que os cursos da e-Tec Brasil ofertados em São Sebastião do Paraíso foram significativos para suas vidas seja no contexto pessoal ou profissional.

Assim, considerando a análise da implementação da política pública de educação profissional na educação a distância, a implantação do polo da Rede e-Tec de São Sebastião do Paraíso e ainda considerando as concepções dos egressos que participaram da pesquisa, é possível afirmar que a referida política municipal alcançou os objetivos propostos pelo Governo Municipal quando da sua implementação.

Consideramos também que esta política pública pode ser de fato classificada como uma política de Estado (municipal), pois sobreviveu às mudanças político-partidárias e continua atendendo aos interesses da população.

Nesse contexto nossa tese é que a educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância é uma política educacional eficaz do ponto de vista da acessibilidade aos estudantes e das possibilidades que ela pode gerar na vida dos egressos.

Em suma, as reflexões promovidas com o desenvolvimento desta tese levam-nos à compreensão que os dados analisados são significativos dos pontos vista educacional e que o município de São Sebastião do Paraíso teve uma acertada decisão com a implementação da política educacional aqui analisada. Afinal, por intermédio da educação profissional a distância houve a abertura de novos horizontes e possibilidades na vida e na trajetória daqueles que se beneficiaram dos cursos ofertados.

A presente pesquisa alcançou de forma satisfatória os objetivos a que se propôs e esperamos que ela desperte futuras pesquisas sobre essa temática com outros recortes temáticos que aprofundem as reflexões sobre a educação profissional a distância.

## REFERÊNCIAS

ALOISE, Rêmolo. **Plano de governo Reminho e Daniel**. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2012/1699/MG/52930/11/130000047990/proposta.pdf>>. Acesso em: 12.jan.2020.

ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas par atender a quem? **Boletim Técnico SENAC**, Rio de Janeiro, vol. 38, n. 2, 2012.

BRANDÃO, Marisa. O governo Lula e a chamada educação profissional e tecnológica. **RETTA**, Seropédica, RJ, vol. 1, n. 1, 2010.

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 5.mar.2019

BRASIL. **Decreto 65.189, de 18 de setembro de 1969**. Cria Grupo de Trabalho para propor a reforma do ensino fundamental. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65189-18-setembro-1969-406508-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 5.mar.2019

BRASIL. **Decreto 66.600, de 20 de maio de 1970**. Cria Grupo de Trabalho no Ministério da Educação e Cultura para estudar, planejar e propor medidas para a atualização e expansão do Ensino Fundamental e do Colegial. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66600-20-maio-1970-408046-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 5.mar.2019

BRASIL. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 7.mar.2019

BRASIL. **Lei 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 7.mar.2019

BRASIL. **Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm)> Acesso em: 7.mar.2019

BRASIL. **Decreto 1.917, de 27 de maio de 1996.** Reestrutura o Ministério da Educação, e cria a Secretaria de Educação a Distância do MEC. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1917.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1917.htm)> Acesso em: 8.mar.2019

BRASIL. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)> Acesso em: 8.mar.2019

BRASIL. **Lei 9.649, de 27 de maio de 1998a.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9649cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9649cons.htm)> Acesso em: 10.mar.2019

BRASIL. **Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998b.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2494impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2494impresao.htm)> Acesso em: 10.mar.2019

BRASIL. **Decreto 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2494impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2494impresao.htm)> Acesso em: 10.mar.2019

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL. **Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)> Acesso em: 16.mar.2019

BRASIL. **Lei 11.195, de 18 de novembro de 2005a.** Altera a Lei Federal 8.948 de 1994 e autoriza a expansão da oferta de educação profissional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111195.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111195.htm)> Acesso em: 16.mar.2019

BRASIL. **Decreto 5.478, de 24 de junho de 2005b.** Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm)> Acesso em: 16.mar.2019

BRASIL. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005c.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)> Acesso em: 16.fev.2019

BRASIL. **Decreto 5.840, de 13 de julho de 2006d.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm)> Acesso em: 16.fev.2019

BRASIL. **Decreto 6.301, de 12 de dezembro de 2007a.** Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm)> Acesso em: 07.abr.2019

BRASIL. **Decreto 6.301, de 12 de dezembro de 2007a.** Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301.htm)> Acesso em: 22.jul.2015

BRASIL. **Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007c.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm)> Acesso em: 07.abr.2019

BRASIL. **Decreto 6.302, de 12 de dezembro de 2007d.** Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm)> Acesso em: 08.abr.2019

BRASIL. **Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007e.** Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm)> Acesso em: 09.abr.2019

BRASIL. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008a.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm)> Acesso em: 09.abr.2019

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008b.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)> Acesso em: 10.abr.2019

BRASIL. **Lei 12.014, de 6 de agosto de 2009.** Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112014.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112014.htm)> Acesso em: 15.abr.2019

BRASIL. **Decreto 7.415, de 30 de dezembro de 2010.** Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, dispõe sobre o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profuncionário, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7415.htm)> Acesso em: 22.mar.2019

BRASIL. **Decreto 7.589, de 26 de outubro de 2011a.** Institui a Rede e-Tec Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm)> Acesso em: 22.jul.2015

BRASIL. **Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011b.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm)> Acesso em: 22.jul.2016

BRASIL. **Lei 12.816, de 5 de julho de 2013.** Altera a Lei do PRONATEC e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112816.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112816.htm)> Acesso em: 22.jul.2016

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Decreto 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm)> Acesso em: 4.ago.2016

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** 14 ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017a.



BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017b**. Altera a Lei 9.394/1996, institui a política de fomento à implementação de escolas de nível médio em tempo integral, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)> Acesso em: 16.fev.2019

BRASIL. **Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017c**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, referente à educação a distância. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm)> Acesso em: 7.nov.2017

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: até a emenda 99/2017. 53 ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BRASIL. INEP. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2008** (volume 1). Brasília: INEP, 2009. Disponível em <<http://fne.mec.gov.br/images/pdf/volume1.pdf>> Acesso em: 10.abr.2019

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CEB 16/1999a**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf)> Acesso em: 11.abr.2019

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 4/1999b**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_99.pdf)> Acesso em: 11.abr.2019

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CEB 39/2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer392004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf)> Acesso em: 17.abr.2019

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 1/2005a**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto 5.154/2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf)> Acesso em: 17.abr.2019

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CEB 20/2005b**. Inclusão da Educação de Jovens e Adultos, prevista no Decreto nº 5.478/2005, como alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb20\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb20_05.pdf)> Acesso em: 17.abr.2019

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 4/2005c**. Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_05.pdf)> Acesso em: 17.abr.2019

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CEB 16/2005d**. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb016_05.pdf)> Acesso em: 20.abr.2019

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 5/2005e**. Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 8/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb05_05.pdf)> Acesso em: 22.abr.2019

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CEB 11/2008a**. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf)> Acesso em: 23.abr.2019

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 3/2008b**. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf)> Acesso em: 22.abr.2019

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 3/2009a**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), definido pela Resolução CNE/CEB nº 4/99. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003_09.pdf)> Acesso em: 23.abr.2019

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CEB 14/2009b**. Proposta de instituição do SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb014\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb014_09.pdf)> Acesso em: 23.abr.2019

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CEB 11/2012a**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb011\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb011_12.pdf)> Acesso em: 23.abr.2019

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 6/2012b**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb003_09.pdf)> Acesso em: 25.abr.2019

BRASIL. CNE. **Parecer CNE/CEB 12/2012a**. Diretrizes Operacionais para a oferta de Educação a Distância (EAD), em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb012\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb012_12.pdf)> Acesso em: 23.abr.2019

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 1/2014**. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16705-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-)

res1-2014-cne-ceb-05122014&category\_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 30.abr.2019

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CEB 1/2016**. Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category\\_slug=fevereiro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=33151-resolucao-ceb-n1-fevereiro-2016-pdf&category_slug=fevereiro-2016-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 1.mai.2019

BRASIL. FNDE. **PROEP**: sumário executivo. Brasília: 2008a. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/proep/sumario\\_executivo\\_proep\\_2008.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/proep/sumario_executivo_proep_2008.pdf)> Acesso em: 1.mai.2019

BRASIL. FNDE. **Resolução CD/FNDE nº 29, de 29 de junho 2008**. Estabelece orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições de ensino participantes do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil. Brasília: 2008b. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3258-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-29-de-29-de-junho-de-2008>> Acesso em: 1.mai.2019

BRASIL. FNDE. **Resolução CD/FNDE nº 36, de 13 de julho 2009**. Estabelece orientações, diretrizes, critérios e normas para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (Programa e-Tec Brasil), nos termos da Lei 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, a partir do exercício de 2009. Brasília: 2009. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3337-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-36-de-13-de-julho-de-2009>> Acesso em: 2.mai.2019

BRASIL. MEC. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico – Introdução. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. MEC. **Pacto pela valorização da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Pacto.pdf>> Acesso em: 14.mai.2019

BRASIL. MEC. **Anais e deliberações**: I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SETEC. 2006a. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Educacao\\_Profissional\\_Tecnologica/relatorio\\_1\\_conferencia\\_educacao\\_profissional\\_tecnologica\\_1.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Educacao_Profissional_Tecnologica/relatorio_1_conferencia_educacao_profissional_tecnologica_1.pdf)> Acesso em: 14.mai.2019

BRASIL. MEC. **Portaria 1506, de 31 de agosto de 2006.** Constitui comissão organizadora e convoca a I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: 2006b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia\\_port1506.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_port1506.pdf)> Acesso em: 14.mai.2019

BRASIL. MEC. **Conferência de educação profissional e tecnológica será aberta domingo.** Brasília: 2006c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/209-noticias/564834057/7172-sp-1821562930>> Acesso em: 15.mai.2019

BRASIL. MEC. **Regimento da Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília: 2006d. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia\\_regimento.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_regimento.pdf)> Acesso em: 17.mai.2019

BRASIL. MEC. **Portaria Normativa nº 25, de 31 de maio de 2007.** Institui o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - PROFUNCIÓNÁRIO, e dá outras providências. Brasília: 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/profunc\\_port25.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2008/profunc_port25.pdf)> Acesso em: 28.mai.2019

BRASIL. MEC. **Portaria Normativa nº 870, de 16 de julho de 2008.** Aprova Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT). Brasília: 2008. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=13&data=18/07/2008>> Acesso em: 23.jul.2019

BRASIL. MEC. **Histórico da Educação Profissional.** Brasília: 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)> Acesso em: 23.jul.2019

BRASIL. MEC. **Portaria Interministerial nº 1.082 de 20 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica/legislacao>> Acesso em: 20.abr.2019

BRASIL. MEC. **Portaria Normativa nº 1.547 de 24 de outubro de 2011.** Altera dispositivos da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007, e institui o PROFUNCIÓNÁRIO. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=22&data=25/10/2011>> Acesso em: 20.abr.2019

BRASIL. MEC. **Manual do usuário – SISTEC:** Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC.SETEC, 2018. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=101781-manual-sistec&category\\_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=101781-manual-sistec&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 23.jul.2019

BRASIL. MEC. **Galeria de Ministros:** Paulo Renato de Souza. Brasília: 2019a. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13472](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13472)> Acesso em: 5.abr.2019

BRASIL. MEC. **MEC lança programa Novos Caminhos para impulsionar a educação profissional e tecnológica.** Brasília: 2019b. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=81071](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=81071)> Acesso em: 7.nov.2019

BRASIL. MEC. **Brasil profissionalizado:** apresentação. Brasília: 2019c. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sistec-inicial/>> Acesso em: 12.nov.2019

BRASIL. MEC. **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC):** apresentação. Brasília: 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sistec-inicial/>> Acesso em: 12.nov.2019

BRASIL. MEC. SETEC. **Nota Técnica nº 759 de 17 de novembro de 2011.** Orientações sobre o projeto de arquitetura executivo padrão da escola do programa Brasil Profissionalizado. Brasília: 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9382-orientacoes-tecnicas-estados-171111-pdf&category\\_slug=novembro-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9382-orientacoes-tecnicas-estados-171111-pdf&category_slug=novembro-2011-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 23.dez.2019

BRASIL. MEC. SETEC. **Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e do Profucionário.** Brasília: MEC, SETEC, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil/rede-e-tec-brasil-publicacoes>> Acesso em: 24.dez.2019

BRASIL. MEC. SETEC. **Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e do Profucionário.** Brasília: MEC, SETEC, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil/rede-e-tec-brasil-publicacoes>> Acesso em: 24.dez.2019

BRASIL. MEC. SETEC. **Guia do MedioTec.** Brasília: MEC, SETEC, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/64871-guia-meiotec-2017-pdf/file>> Acesso em: 26.dez.2019

BRASIL. MEC. SETEC. **Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018.** Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE. Brasília: 2018. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1590412/do1-2018-01-04-portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1590412/do1-2018-01-04-portaria-n-1-de-3-de-janeiro-de-2018-1590408)> Acesso em: 20.jan.2020

BRASIL. MEC. SETEC. **Novos Caminhos:** site institucional. Brasília: 2019. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/novoscaminhos/>> Acesso em: 29.nov.2019

BRASIL. SEED. SETEC. **Edital de seleção de projetos de cursos de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de educação a distância**. Brasília: 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital\\_ept\\_ead.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_ept_ead.pdf)> Acesso em: 18.ago.2018

BRASIL. SEED. SETEC. **Resultado Edital e-Tec Brasil – parte A**. Brasília: 2008. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/etec/texto\\_publicacao\\_dou\\_e\\_tec\\_brasil\\_final.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/etec/texto_publicacao_dou_e_tec_brasil_final.pdf)  
> Acesso em: 18.ago.2018

BRUM, Luciane da Silveira; PIPPI, Jonathan Donato; SANTOS, Ana Lúcia dos. **PROFUNCIONÁRIO: uma política eficaz de profissionalização dos funcionários de escola. Redes** [online]. Sevilla, Espanha, n. 15, 2012. ISSN 1696-2079

BUENO, Daniela Gomes Martins. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma política a ser cravada na história**. Curitiba: Editora Appris, 2015.

CAMINI, Lucia. A política educacional do PDE e do Plano de Metas Compromisso Todos pela educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre, RS, n. 15, 2010.

CAMPOS. Kátia. **Análise do desempenho do egressos da Rede Federal de Educação de Minas Gerais no mercado de trabalho: posição de um protocolo para acompanhamento de egressos**. IFSULDEMINAS Câmpus Machado. Disponível em:  
<<https://www.ifmg.edu.br/portal/extensao/observatorio-do-mundo-do-trabalho/arquivos/AnlisedodesempenhodeegressosKatia.pdf>> Acesso em: 12.jan.2020

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional Brasileira: da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CARMO, Jefferson Carriello do. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no contexto das novas formas de trabalho e educação. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v. 24, n. 3, 2015.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CASTILHO, Priscilla Bessa. **A utilização do Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) como dispositivo governamental para a formulação de políticas públicas de ensino profissionalizante**. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013. 113 p.

CASTIONI, Remi. Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC. **Sociais e Humanas**. Santa Maria, RS, v. 26, n. 1, 2013. ISSN 2317-1758.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação** [online], vol. 17, n. 49, pp. 11-37, 2012. ISSN 1413-2478.

CNA. Confederação Nacional da Indústria. **Sumário Executivo:** avaliação dos egressos cursos do PRONATEC/Bolsa Formação ofertados pelo SENAR. Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/assets/images/PronatecSumarioExecutivoFINAL.pdf>> Acesso em: 12.jan.2020

CNTE. Diretoria Executiva. Os riscos do PRONATEC para a educação técnica profissional. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v.5, n. 8, 2011.

COELHO, Francisco Aparecido; VELLOSO, Andrea (orgs.). **Educação a distância:** história, personagens e contextos. Curitiba: Editora CRV, 2014.

CONDE, Silvia Cristina Oliveira. *et al.* Os institutos federais em três dimensões de análise. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Natal, n. 10, vol. 1, 2016.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação profissional no Brasil:** síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Editora Senac, 2017.

CONTARINE, Marina Lindaura Maranha; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. PRONATEC: estudo de caso realizado em um curso técnico de nível médio em Belo Horizonte. **Boletim Técnico SENAC**, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 1, 2014.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação profissional e a reforma do ensino médio: lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, vol. 43, n. 4, 2018.

CORSETTI, Berenice; VIEIRA, Lúcio Olímpio de Carvalho. Políticas públicas para a educação profissional técnica de nível médio (1996-2003). **RBPPE**, Goiânia, vol. 31, n. 2, 2015.

CRUZ, Joseany Rodrigues; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, vol. 13, 2019.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 44, n. 154, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, vol. 10, n. 20, 2016.

DANTAS, Jeferson Silveira. O modelo curricular da Lei 5.692/1971 durante a ditadura militar para o curso de magistério e suas implicações na formação docente no Brasil e em Santa Catarina. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, SC. vol. 23, n.2, 2015.

DAVIES, Nicholas Davies. Plano nacional de educação: muito discurso, nenhum recurso. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, ano XI, n. 25, 2001. ISSN 1517-1779.

DAVIES, Nicholas. **Legislação educacional federal básica**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

DEL BIANCO, Nelia R.. Aprendizagem por rádio. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

DIAS, Rosilâna Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a distância: da legislação ao pedagógico**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

DINIZ, Ralph. Reminho anuncia novos secretários. **Jornal do Sudoeste**, São Sebastião do Paraíso, MG, 22.12.2012. Disponível em: <<http://www.jornaldosudoeste.com.br/noticia.php?codigo=102850>> Acesso em: 5.fev.2020.  
DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do plano de nacional de educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais. **Educação e Sociedade**, Campinas. vol. 31, n. 112, 2010.

DURHAN, Eunice Ribeiro. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo. vol. 29, n. 3, 2010.

FAGIANI, Cilson César *et al.* Trabalho e educação profissional no Brasil: formação humana ou para o mercado? In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (orgs.). **A educação profissional no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. 4ª ed. Brasília, DF: Liber Livros, 2012.

FERRETI, Celso João. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo. vol. 32, n. 93, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Relação de Municípios de Minas Gerais**. Disponível em: <[http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/FJP\\_MG\\_Distritos-e-Municipios\\_Novembro\\_2019\\_1768.pdf](http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/FJP_MG_Distritos-e-Municipios_Novembro_2019_1768.pdf)> Acesso em: 11.nov.2019

GAMA, Carlos Alberto Machado da; ARAÚJO, Judith Maria Daniel de. A educação profissional no Brasil – contexto e reformas: anos 2000. **Vértices**. Campos de Goytacazes, RJ, vol. 18, n. 1, 2016.

GOMES, Candido Alberto da Costa. A legislação que trata da EAD. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

GOMES, Hélica Silva Carmo. Os modos de organização e produção do trabalho e a educação profissional no Brasil: uma história de dualismos e racionalidade. In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (orgs.). **A educação profissional no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.



GOMES, Ana Valeska Amaral. O que podemos dizer sobre o PRONATEC? **Estudo Técnico**. Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2016\\_9576\\_pronatec\\_ana-valeska](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema11/2016_9576_pronatec_ana-valeska)> Acesso em: 10.jan.2020

HAGUENAUER, Cristina Jasbinschek (org.). **Ambientes virtuais na web 2.0**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

HAGUENAUER, Cristina; MUSSI, Marcus Vinicius; CORDEIRO FILHO, Francisco. Ambientes virtuais de aprendizagem: desafios e singularidades. **Revista EducaOnline**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, 2009.

IFSULDEMINAS. **Os campi**. 2020a. Disponível em: <<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/os-campi>> Acesso em: 16.fev.2020.

IFSULDEMINAS. **Polos EaD**. 2020b. Disponível em: <<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/polos>> Acesso em: 16.fev.2020.

INEP. **Consulta Matrícula**: censo escolar. 2019. Disponível em: <[inepdata.inep.gov.br](http://inepdata.inep.gov.br)> Acesso em: 16.fev.2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LEITE, Lígia Silva (coord.). **Tecnologia educacional**: descubra suas possibilidades na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). **Histórica**, São Paulo, n. 36, 2009. ISSN 1808-6284.

LIMA, Luciana Guimarães Rodrigues de. *et al.* Sistemas de gerenciamento de aprendizagem e ambientes virtuais de aprendizagem. In: HAGUENAUER, Cristina Jasbinschek (org.). **Ambientes virtuais na web 2.0**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

LIMA, Marcelo. A educação profissional no governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCNEMs. **RBPAE**, Goiânia, vol. 28, n. 2, 2012.

LIMA, Marcelo; PACHECO, Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar. As políticas públicas e o direito à educação: programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego versus plano nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, vol. 38, n.139, 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora E.P.U., 2015.

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte – volume 2**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MACEDO, Marcus G. M.. Educação profissional a distância: histórico, análise e tendências. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, RN, vol. 1, n.6, 2013.

MACHADO, Marcela Rosa de Lima. **O papel da educação a distância na expansão da educação profissional no Brasil**: diretrizes e práticas de formação dos trabalhadores através da Rede e-Tec. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, 2015. 195 p.

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. Educação profissional no Brasil: expansão para quem? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**. Rio de Janeiro, vol. 27. n. 105, 2019.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários a longo da história**. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASCHIO, Marcelina Teruko. Conversas após uma década da implantação dos Institutos Federais. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Natal, vol. 2, 2019.

MATTOS, Miriam de C. C. M.; FONSECA, Maria Cristina da Rosa. Marco regulatório da educação à distância no Brasil de 1990 a 2018: uma análise histórico-crítica. **EaD em Foco**. Rio de Janeiro, vol. 9. n. 1, 2019. ISSN 2177-8110.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era digital**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MEDEIROS NETA, Olivia M. *et al.* A educação profissional nas leis de diretrizes e bases da educação: pontos e contrapontos. **Holos**, Natal, RN, vol. 34, n. 4, 2018.

MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de; MOURA, Dante Henrique. PNE (2001-2010), PNE (2014-2024): orientações para a educação profissional no Brasil. **Holos**, Natal, RN, vol. 33, n.3, 2017.

MILL, Daniel; PIMENTEL, Nara Maria (orgs.). **Educação a distância: desafios contemporâneos**. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2010.

MILL, Daniel (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

MILL, Daniel. Educação a Distância. In: MILL, Daniel (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2018.

MIRANDA, Fernanda Luzia de Almeida; RODRIGUES, Neuza Ricardo Rodrigues; MARTINS, Silvana Neumman. Programa PROFUNCIÓNÁRIO: aspectos estruturais, legais,

formação e valorização profissional dos funcionários não docentes da educação. **Revista Panorâmica On-Line**, Barra do Garça, MT, vol. 23, 2017. ISSN 2238-9210.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. História e construção de identidade: compromissos e expectativas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, vol. 3, n. 5, 2009.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MOURA, Dante Henrique (org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

NASCIMENTO, Osvaldo Viera do. **Cem anos de ensino profissional no Brasil**. Curitiba: Editora IBPEX, 2007.

NEY, Antonio. **Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2008.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

OLIVEIRA, Marcio Sacramento de. A história da educação a distância e o contexto atual. In: COELHO, Francisco Aparecido; VELLOSO, Andrea (orgs.). **Educação a distância: história, personagens e contextos**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **RETTA**, Seropédica, RJ, vol. 1, n. 1, 2010.

ORTIGARA, Claudino. **Políticas para a educação profissional no Brasil: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a educação integral**. Pouso Alegre, MG: IFSULDEMINAS, 2014.

PALANGE, Ivete; FERNANDEZ, Consuelo. **2000-2010 uma odisseia da EaD no espaço virtual: memórias e de uma trajetória**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2010.

PALHARES, Roberto. Aprendizagem por correspondência. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PALHARES, Roberto. Aprendizagem por correspondência. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto; MARTINS, Fernando José. A política de educação profissional no Plano Nacional de Educação 2014/2024. **PRACS**, Macapá, vol. 10, n.1, 2017.

ROSA, Aléssio. **Educação a distância: desafios e oportunidades**. Curitiba: Appris Editora, 2016.

SANTOS, Claitonei de Siqueira. Juventude, educação profissional e mundo do trabalho. In: MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de C. (orgs.). **Educação dos trabalhadores: políticas e projetos em disputa**. Campinas: Mercado das Letras, 2011a.

SANTOS, João Vianney Valle dos Santos. Cronologia da EaD no Brasil. In: DINIZ, Ester de Carvalho; VAN DE LINDEN, Marta Maria Gomes; FERNANDES, Terezinha Alves. (orgs.). **Educação a distância: coletânea de textos para subsidiar a docência on-line – vol. 1**. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2011.

SAVIANI, Dermeval. A nova LDB. **ProPosições**, Campinas. vol. 1, n. 1, 1990.

SAVIANI, Dermeval. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, Campinas. vol. 28, n. 100, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na Legislação do Ensino**. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação: LDB – trajetória, limites e perspectivas**. 13 ed. Campinas: Autores Associados, 2016.

SECCHI, Leonardo; SOUZA COELHO, Fernando de; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3 ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SENA, Paulo. A história do PNE e os desafios da nova lei. In: BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

SENADO FEDERAL. **Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>> Acesso em: 10.dez.2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

S. S. PARAÍSO. **Lei Municipal nº 3940**, de 21 de janeiro de 2013. Cria e regulamenta a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso e dá outras providências. São Sebastião do Paraíso, MG, 2013a. Disponível em: <<http://www.camarassparaíso.mg.gov.br/legislacao>> Acesso em: 10.jan.2020

S. S. PARAÍSO. **Lei Municipal nº 3942**, de 21 de janeiro de 2013. Altera e cria secretarias municipais e dá outras providências. São Sebastião do Paraíso, MG, 2013b. Disponível em: <<http://www.camarassparaíso.mg.gov.br/legislacao>> Acesso em: 10.jan.2020

S. S. PARAÍSO. **Lei Municipal nº 4189**, de 9 de abril de 2015. Dispõe sobre a implantação do polo de apoio presencial da Escola Técnica Aberta do Brasil e dá outras providências. São Sebastião do Paraíso, MG, 2015. Disponível em: <<http://www.camarassparaíso.mg.gov.br/legislacao>> Acesso em: 10.jan.2020

SILVA, Cícero Barbosa. **Tecnologias da informação e da comunicação nos anos iniciais do ensino fundamental**: as influências da formação do professor. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Moura Lacerda, Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, 2014. 133 p.

SILVA, Cícero Barbosa da. Ambientes virtuais de aprendizagem: o uso da plataforma Moodle. In: ROCHA, Marise Maria Santana da; MOURA, Mirtes Zoé da Silva; FHILADELFIO, Joana Alves. **Educação a distância**: diálogos transdisciplinares. São João Del-Rei: NEAD-UFSJ, 2015.

SILVA, Cícero Barbosa da; LOPES, Gabriela de Paula; COSTA, Maria Amélia. Formação de professores na modalidade EaD: a licenciatura em Pedagogia em município da Região Sudoeste de Minas Gerais. In: SILVA, Cícero Barbosa da. **Tecnologias da informação e comunicação e suas relações com a educação**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique; SOUZA, Lincoln Moraes de. A trajetória do PRONATEC e a reforma do ensino médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, RJ, ano 16, n. 30, 2018. ISSN 1808-799x.

SILVA, Helen Camila; COSTA, Maria Luiza Furlan. A educação profissional e tecnológica na modalidade a distância: história, bases legais e cursos nessa modalidade. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, RN. vol. 1, n.12, 2017.

SILVA, Roberto Bitencourt da. A educação técnica e profissional e a Lei do PRONATEC. **Democratizar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2012. ISSN 1982-5234.

SILVEIRA, Zuleide S.. Educação Profissional, desenvolvimento econômico e desenvolvimento científico-tecnológico. In: BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha. **Realidades da educação profissional no Brasil**. Campinas: Alínea Editora, 2015.

SOUZA, Donaldo Bello de; RAMOS, Marise Nogueira; DELUIZ, Neise. **Educação profissional na esfera municipal**. São Paulo: Xamã, 2007a.

SOUZA, Donaldo Bello de; RAMOS, Marise Nogueira; DELUIZ, Neise. Cobertura municipal da educação profissional via regime de colaboração: uma prática possível? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro. Vol. 15, n.54, 2007b.

SOUZA, Eda Castro Lucas de; CASTIORI, Remi. **Institutos Federais**: os desafios da institucionalização. Brasília: Editora UnB, 2012.

SOUZA, Fernando Roberto Amorim. **Avaliação das condições da oferta dos cursos da Rede E-Tec Brasil**: uma proposta possível. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013. 136 p.

SOUZA, Fernando Roberto Amorim. *et al.* Por correspondência e pela internet: a história da educação profissional a distância no Brasil. **Boletim Técnico SENAC**, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 2, 2018.

SOUZA JÚNIOR, Justino de. Mercado de trabalho. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da Educação Profissional**, Belo Horizonte: NETE – Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

SOUZA JÚNIOR, Justino de. Mundo do trabalho. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da Educação Profissional**, Belo Horizonte: NETE – Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

TOMÉ, Ana Célia de Abreu. Trabalho e/ou educação: história da educação profissional no Brasil. **#tear – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**. Canoas, RS, vol. 1, n. 2, 2012.

TORRES, Regina Maria de Fátima. EAD no ensino profissionalizante. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

USAID. Who we are. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/who-we-are>> Acesso em 8.jan.2020.

VALENTE, Ivan; ROMANO, Roberto. PNE: plano nacional de educação ou carta de intenção? **Educação & Sociedade**, Campinas. Vol. 23, n.80, 2002.

VALENTE, José Armando. Aprendizagem por computador ligado sem internet. In: LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

VIANA, Cláudia Ferreira de Maya; CASTIONI, Remi. Programa Brasil Profissionalizado: coordenação federativa, formulação e implementação da política nacional de expansão das redes estaduais de educação profissional. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, vol. 10, n. 19, 2017.